



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES TERCEIRA ACÇÃO INTERNACIONAL

Violência contra as Mulheres

A violência contra as mulheres é estrutural e inerente aos sistemas patriarcal e capitalista. É usada como uma ferramenta de controlo da vida, corpo e sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, instituições patriarcais e Estados. Apesar de afectar as mulheres como grupo social, cada violência tem um contexto específico e temos que compreender como, quando e porque ocorre a violência contra as mulheres.

A ideia generalizada sobre a violência contra as mulheres é que se trata de uma situação extrema ou localizada, envolvendo pessoas individualmente. Mas ela toca-nos a todas, pois todas já tivemos medo, mudámos o nosso comportamento, limitámos as nossas opções perante a ameaça da violência. Outra ideia comum é que a violência contra as mulheres é apenas um problema das classes baixas e das culturas “bárbaras”, no entanto, sabemos que é transversal e existente em todas as classes sociais, diferentes culturas, religiões e situações geopolíticas.

Apesar de ser mais comum na esfera privada, como violência doméstica - seja esta sexual, física, psicológica ou abuso sexual – a violência contra as mulheres e meninas ocorre também na esfera pública, que entre outros inclui: femicídio, assédio sexual e físico no lugar de trabalho, diferentes estupros, mercantilização do corpo das mulheres, tráfico de mulheres e meninas, prostituição, pornografia, escravidão, esterilização forçada, lesbofobia, negação do aborto seguro e das opções reprodutivas e autodeterminação, etc. O silêncio, a discriminação, a impunidade, a dependência das mulheres em relação aos homens e as justificações teóricas e psicológicas toleram e agravam a violência contra as mulheres.

A violência, a ameaça ou o medo da violência são utilizados para a exclusão das mulheres do espaço público. As mulheres pagam com as suas vidas por trabalhar na esfera pública em vez de ficarem em casa, como impõe a cultura patriarcal, e ir à escola ou à universidade, “atrever-se” a viver a sua sexualidade abertamente ou por prostituir-se como falta de opção. Num contexto de criminalização dos movimentos sociais e de protesto, a repressão de mulheres activistas envolvidas na luta, muitas vezes, toma a forma de violência sexual. Além disso, a discriminação contra as mulheres é composta pela intersecção de diferentes formas de opressão: elas são discriminadas por ser mulheres, e também pela sua cor de pele, língua, raça, etnia, classe social, situação financeira, religião, sexualidade...

A raiz da violência contra as mulheres está no sistema patriarcal e no capitalismo, que impõem uma necessidade de controlo, apropriação e exploração do corpo, vida e sexualidade das mulheres. O patriarcado funciona através de dois princípios: a noção de que as mulheres são propriedade dos homens, por isso sempre disponíveis para eles, e a divisão das mulheres em duas categorias: “santas” e “putas”. Como parte desse sistema, a violência é a punição para aquelas que não se enquadram no papel da “santa”: boa mãe e esposa. Por exemplo, é comum que os homens justifiquem que agrediram, verbal ou fisicamente, a suas esposas porque a comida não estava pronta ou porque a roupa que queriam vestir não estava limpa. Também é um castigo para aquelas que são consideradas “putas”: os agressores e a sociedade justificam a agressão dizendo que a mulher estava na rua sozinha de noite, ou porque são lésbicas e devem ser ensinadas a ser heterossexuais, ou porque a roupa que estavam a usar não era decente.

Como parte da cultura patriarcal, a masculinidade está associada à agressividade e os jovens são ensinados que ser violento é ser um “verdadeiro homem”. São empurrados – em alguns casos – a unir-se a gangs sexistas ou racistas. Novas formas de violência em relação às jovens mulheres, como assédio sexual contra as estudantes e violência de grupos nas escolas, revelam-se e crescem a cada dia. Elas instauram relações e divisões sexistas de papéis entre jovens mulheres e homens sem que haja qualquer discussão pública sobre esses estereótipos devastadores.

A noção imposta pelo patriarcado de que as mulheres são propriedade dos homens inclui também um aspecto económico que se expressa na combinação entre o patriarcado e o capitalismo, impondo uma divisão sexual do trabalho com papéis “naturais” para mulheres e homens. Desta forma, as mulheres são caracterizadas como mão-de-obra muito barata sempre disponível para o cuidado dos outros e para todo o trabalho que isto implica. Assim, assistimos a dois níveis de dominação das mulheres dentro dos sistemas patriarcal e capitalista: por um lado, uma exploração do trabalho das mulheres e, por outro, a violência como ferramenta para manter a dominação do homem. Portanto, não podemos falar na erradicação da violência contra as mulheres sem exigir a erradicação dos sistemas patriarcal, capitalista e colonialista.

A violência contra as mulheres e a misoginia intensificam-se na medida em que os actores e políticas da globalização neoliberal se afirmam na economia. O femicídio¹ aumenta quando são promovidos e assinados acordos de livre comércio nas Américas, como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), sob o qual os locais de trabalho, como as fábricas, aproveitam a flexibilidade das leis do trabalho e ambientais. Muitas mulheres mexicanas são assassinadas, por exemplo, quando cruzam a fronteira com os Estados Unidos e na própria cidade fronteiriça de Cidade Juárez.

¹ O misógino e excepcionalmente brutal genocídio de mulheres, muitas vezes acompanhado por violência sexual extrema e impunidade para os seus agressores.

O ataque aos direitos reprodutivos e aos serviços de saúde aumentou à medida que os serviços sociais foram sendo privatizados ou tiveram os seus orçamentos reduzidos. À medida que se globaliza a indústria sexual, cresce o número de mulheres traficadas cada vez mais jovens. As mulheres são estupradas em guerras geradas em nome da “propagação da liberdade” e nas invasões realizadas por potências estrangeiras (como a invasão americana do Afeganistão) que por vezes se “justificam” em nome da defesa dos direitos das mulheres.

Como podemos combater a violência contra as mulheres?

Já existem convenções internacionais como a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e leis em muitos países que “protegem” às mulheres da violência, mas não são suficientes e, muitas vezes, nem sequer são aplicadas na prática. Além disso, estas leis e convenções põem o foco do problema nas mulheres, como se fosse *nosso* problema, com o qual temos que lidar quando – pelo contrário, e como vimos anteriormente – necessitamos questionar o papel dos homens na violência e denunciar que a violência é estrutural.

Sabemos que as medidas punitivas são necessárias, mas insuficientes para erradicar a violência. Nos países onde as leis existem, é difícil que cheguem às mulheres que não pertencem à classe média, urbana e branca. Temos que exigir que os nossos Estados se tornem responsáveis, exigir políticas públicas para as vítimas de violência, para as mulheres e crianças traficadas, para os grupos minoritários, para as mulheres rurais, negras, migrantes e indígenas. Mas, além disso, são necessárias acções que procurem prevenir e que coíbam os actos de violência antes que ocorram.

Temos, também, que discutir o papel dos governos e do Estado. Actualmente, o Estado é, ao mesmo tempo, protector e opressor: é portador do interesse geral e defensor dos privilégios, patriarcal e violento (contra as mulheres, povos indígenas, migrantes, pessoas de diferentes raças e etnias²). Inclusive a polícia que cumpre muitas das políticas que exigimos é a mesma que pratica a violência contra as mulheres, reprime os movimentos sociais e é parcial em termos sociais e raciais. Reconhecemos a contradição inerente desta situação, pois o facto é que, para muitas mulheres, contar com o Estado, que representa um poder exterior e superior, é a única forma que têm para defender-se

² Por exemplo, em 2007, a taxa de encarceramento em prisões estaduais ou federais nos Estados Unidos de homens brancos foi de 773 em cada 100 mil. De homens negros, 4.618 em cada 100 mil; de homens hispânicos 1.747 em cada 100 mil. A taxa de mulheres brancas é 95 em cada 100 mil; de mulheres negras 346 em cada 100 mil; de mulheres hispânicas 146 em cada 100 mil. (Sabol, William J., Couture, Heather, Bureau of Justice Statistics, *Prison Inmates at Midyear 2007*, Washington, DC: US Department of Justice, 2008).

contra a violência nas suas comunidades e famílias. Pelo contrário, o Estado que nós exigimos é aquele que promove as liberdades e direitos para todas e todos, intervém na economia e está estruturado em diferentes formas de democracia participativa e controlado pelas/os cidadãs/ãos.

As mulheres sempre resistiram e continuam a resistir, no âmbito individual e colectivo. Sempre que uma mulher actua dessa forma, ao desafiar ou denunciar a violência contra ela mesma ou mulheres de sua comunidade, está a romper com o paradigma dominante. Precisamos apoiar a sua resistência ao condenar e denunciar homens que cometem violência contra as mulheres, e confrontar publicamente os homens e a sociedade sobre o tema da violência contra as mulheres. Também devemos denunciar a cumplicidade de homens, Estados e instituições tais como as forças armadas e religiões. Precisamos mobilizar a sociedade civil, pensar estrategicamente e promover acções radicais para a prevenção e denúncia da violência masculina contra as mulheres. Nesse processo, as mulheres do sector não lucrativo – que providenciam serviços essenciais para o empoderamento e cuidado das mulheres – e os movimentos locais fortes – onde as mulheres das comunidades são protagonistas – desempenham um papel decisivo.

Nós, da Marcha Mundial das Mulheres, queremos gerar um debate e uma acção política ampla que promova mudanças nas nossas culturas patriarcais e se antecipe à violência, sendo verdadeiramente preventiva. A extensão e a intensidade da violência já são conhecidas, por isso, não é necessário esperar que exista mais uma denúncia. Temos de introduzir, de forma permanente, esse tema na agenda dos grupos de mulheres, nas organizações mistas, nas rádios comunitárias, nos jornais e meios de comunicação dos movimentos. Para isso, acreditamos que o movimento feminista deve construir uma forte e ampla auto-organização das mulheres na luta por autonomia (económica, sexual, reprodutiva, pessoal, etc) e autodeterminação.

Os grupos de mulheres fortalecem-se através de encontros de diálogo, debates, manifestações, trabalhos corporais de auto-defesa. O objectivo não é localizar a violência sexista como um problema de algumas mulheres, mas fortalecer-nos a todas, aprendendo e reaprendendo a resistir, a construir e reconstruir as nossas vidas sem violência.

Valorizamos, como um passo importante nesta luta, o facto de movimentos sociais mistos – urbanos ou rurais – se disporem a enfrentar a violência contra as mulheres. Por isso, declaramos a nossa solidariedade com a “Campanha Mundial pelo fim da Violência contra as Mulheres”, lançada pela Via Campesina na sua 5ª Conferência Internacional realizada em Moçambique, em Outubro de 2008. Reconhecemos a importância de tanto mulheres quanto homens se ocuparem na responsabilização dos homens pela violência contra as mulheres.

Face à violência contra as mulheres, exigimos:

- A adoção de medidas que indiquem o compromisso dos diversos actores para reconhecer as mulheres como indivíduos e cidadãs de pleno direito desde a infância. Por exemplo: a utilização de linguagem inclusiva em materiais didácticos, a promoção de uma educação não-sexista que rompa com a divisão sexual e hierárquica de papéis entre crianças e meninas, campanhas de conscientização popular e a garantia de espaços de participação política;
- O apoio, com recursos, aos movimentos e grupos de mulheres sem fins lucrativos que estão à frente de serviços de apoio às mulheres que se recuperam de discriminações, abusos e violências;
- A atribuição de responsabilidade aos meios de comunicação como porta-vozes dos sistemas patriarcal e capitalista e pela contínua má representação, apropriação e abuso do corpo feminino;
- A prevenção da violência contra as mulheres e meninas por meio de actividades de sensibilização, explicitando como ocorre a violência, quais são as suas causas e como se manifesta, assim como apoio e estímulo à auto-organização das mulheres;
- A condenação do uso sistemático do corpo das mulheres como arma de guerra em conflitos armados, assim como a rejeição que elas e as crianças que são fruto de violações enfrentam por parte das suas famílias e comunidades que as culpam pela violência que sofreram;
- A punição dos que praticam a violência contra as mulheres - seja na esfera privada, seja na esfera pública.

E comprometemo-nos a:

- Denunciar as diferentes expressões da violência patriarcal contra as mulheres nos diversos países, como: femicídio, mutilações genitais, levirat - sororat³, “crimes de honra”, turismo sexual, tráfico de mulheres e meninas, esterilização forçada, as situações de violência vividas pelas mulheres comprometidas com as lutas, as mulheres presas, as lésbicas e as mulheres portadoras de deficiência;

³ Casamento forçado de uma viúva com o cunhado, ou do viúvo com a irmã de sua falecida esposa.

- Trabalhar para transferir para os homens que praticam a violência o estigma que actualmente recai sobre as mulheres vítimas;
- Denunciar a mercantilização do corpo das mulheres e continuar o debate sobre a prostituição, especialmente por ocasião do Mundial de Futebol de 2010;
- Dar visibilidade a todas as formas de resistência das mulheres à violência sexista, sobretudo no âmbito colectivo e, desta forma, romper a cultura do silêncio que cerca a violência nas nossas comunidades;
- Combater a violência através de acções de sensibilização junto de movimentos sociais aliados e campanhas de educação popular que favoreçam a conscientização feminista;
- Dar visibilidade aos vínculos entre as políticas patriarcais que perpetuam a violência contra as mulheres (tais como a impunidade para os agressores, a negação da autodeterminação reprodutiva, criminalização de mulheres activistas, proibição do aborto, etc) e actores e políticas neoliberais. Chamar a atenção sobre o femicídio, por exemplo, e os seus vínculos com os acordos de livre comércio;
- Trabalhar em aliança com movimentos sociais mistos (nos quais homens e mulheres participam) para garantir a construção de um ambiente no qual a violência contra as mulheres não seja aceitável (e de espaços físicos livres de violência) como princípio que oriente estes movimentos.